



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRESENCIAL**

**MARIA DAS GRAÇAS THALIA JUSTINO LIMA**

**A RELEVÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO  
BÁSICA (LEI 13.935/2019) SOB A ÓTICA DOS DOCENTES DE BATURITÉ-CE**

**REDENÇÃO – CE**

**2022**

**MARIA DAS GRAÇAS THALIA JUSTINO LIMA**

**A RELEVÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO  
BÁSICA (LEI 13.935/2019) SOB A ÓTICA DOS DOCENTES DE BATURITÉ-CE**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus do Ceará.

Orientadora: Profa. Dra. Sâmia Nagib Maluf

**REDENÇÃO – CE**

**2022**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Lima, Maria Das Graças Thalia Justino.

L696r

A relevância do assistente social na rede pública de educação básica Lei 13.935/2019 sob a ótica dos docentes de Baturité-Ce / Maria Das Graças Thalia Justino Lima. - Redenção, 2022.  
48f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Profa. Dra. Sâmia Nagib Maluf.

1. Política pública. 2. Serviço social. 3. Educação básica.  
I. Título

CE/UF/BSP

CDD 360

---

**MARIA DAS GRAÇAS THALIA JUSTINO LIMA**

**A RELEVÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (LEI 13.935/2019) SOB A ÓTICA DOS DOCENTES DE BATURITÉ-CE**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus do Ceará.

Aprovada em 27/07/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



SAMIA NAGIB MALUF  
Data: 27/07/2022 12:48:09-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

**Profa. Dra. Sâmia Nagib Maluf (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Documento assinado digitalmente



ROSALINA SEMEDO DE ANDRADE TAVARES  
Data: 27/07/2022 14:58:06-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

**Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Documento assinado digitalmente



ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN  
Data: 29/07/2022 09:38:22-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

**Profa. Dra. Andréa Yumi Sugishita Kanikadan**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Aos meus queridos, Sebastião e Kiara.

## **AGRADECIMENTOS**

Deixo aqui meus mais sinceros agradecimentos a todos que estiveram direta ou indiretamente me apoiando nessa jornada de graduação.

A minha mãe, Socorro, que sempre acreditou em mim, demonstrou orgulho pelo meu crescimento e esteve disponível nos momentos em que precisei de apoio, muito obrigada por nossa amizade.

Ao meu pai, Willamy, que nunca mediu esforços para me proporcionar essa caminhada no campo da Educação, figura na qual me inspiro e deposito admiração.

Aos meus irmãos, Ikaró e Layla, espero que esse trabalho inspire vocês e que nunca desistam dos seus sonhos, pois eles são alcançáveis.

À minha companheira, Vitoria, pelo companheirismo e apoio nessa caminhada.

Em especial, meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, Sâmia Nagib Maluf, que esteve presente na minha jornada acadêmica desde o primeiro semestre, guiou-me com tamanha maestria e paciência nesse processo de pesquisa, registro minha gratidão por toda a compreensão e leveza com a qual orientou esse trabalho.

Por último, agradeço imensamente a mim mesma por não ter desistido apesar de todas as dificuldades, obrigada por continuar.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

(Paulo R. N. Freire, 1996, p. 53).

## RESUMO

Averiguou-se a implementação da Lei 13.935/19 – política pública de inserção dos Assistente Social e Psicólogo na equipe multiprofissional das escolas da rede pública de educação básica – atendo-se ao Assistente Social, no município de Baturité-CE. O ambiente escolar deve ser plural e inclusivo, capaz de assegurar aos alunos a proteção, garantia e permanência de seus direitos. A diversidade de demandas sociais e específicas existentes na escola tornam-se demasiadamente intensas para responsabilidade única e exclusiva do professor, fator este que muitas vezes gera sobrecarga do profissional ou reflete em um atendimento ineficaz. A presença do Assistente Social e Psicólogo na escola reforma esse cenário à medida que acompanha os alunos, identifica e auxilia nas demandas existentes, realiza os encaminhamentos necessários e transforma o processo de aprendizagem mais favorável ao aluno. O presente trabalho é um estudo de caráter exploratório com abordagem quali-quantitativa que utilizou do *software* Iramuteq 0.7 para reunir e apresentar os dados a partir de análises lexicais, a coleta dos dados foi realizada a partir do *Google Forms*, sendo o instrumento um questionário semi-estruturado que seguiu Lima (2022). Por conseguinte, essa pesquisa realiza uma breve discussão entre a percepção dos docentes de São Paulo-SP (LIMA, 2022) e Baturité-CE acerca da Lei 13.935/19. A amostra representa 15% da população de 313 docentes da rede pública de educação básica em Baturité-CE, segundo Censo Escolar 2021 (INEP), assegurando a legitimidade dos resultados. O perfil do docente que atua na rede pública de educação básica do município de Baturité-CE denota predominância feminina (61%), com formação em nível de especialização (52%) e que possuem tempo de atuação como docente entre 12 e 20 anos (33%). Prevalece a concepção dos docentes acerca da essencialidade da implementação da equipe multiprofissional nas escolas, além da descrição de diversas demandas as quais poderiam ser tratadas por um profissional do Serviço Social e Psicologia. Os resultados apontam a urgência da implementação da Lei 13.935/19 no município de Baturité-CE, partindo da análise do ponto de vista docente na busca da eficiência e eficácia na implementação da política pública.

**Palavras-chave:** Política Pública. Serviço Social na Educação. Educação Básica.



## ABSTRACT

The implementation of Law 13.935/19 was verified - public policy of insertion of the Social Worker and Psychologist in the multiprofessional team of schools of the public network of basic education - focusing on the Social Worker, in the city of Baturité-CE. The school environment must be plural and inclusive, able to ensure to the students the protection, guarantee and permanence of their rights. The diversity of social and specific demands existing in the school become too intense for the teacher's sole and exclusive responsibility, a factor which often overloads the professional or reflects in an ineffective service. The presence of the Social Worker and the Psychologist in the school reforms this scenario as they monitor the students, identify and help them with the existing demands, make the necessary referrals, and make the learning process more favorable to the student. The present work is a study of exploratory nature with quali-quantitative approach that used the software Iramuteq 0.7 to gather and present the data from lexical analysis, data collection was performed from Google Forms, being the instrument a semi-structured questionnaire that followed Lima (2022). Therefore, this research conducts a brief discussion between the perception of teachers in São Paulo-SP (LIMA, 2022) and Baturité-CE about Law 13.935/19. The sample represents 15% of the population of 313 teachers of the public basic education network in Baturité-CE, according to the School Census 2021 (INEP), ensuring the legitimacy of the results. The profile of the teacher who works in the public network of basic education in the municipality of Baturité-CE denotes a predominance of females (61%), with specialization level education (52%) and that have been teaching between 12 and 20 years (33%). The teachers' conception about the essentiality of the implementation of the multiprofessional team in schools prevails, besides the description of several demands which could be treated by a Social Service and Psychology professional. The results point to the urgency of the implementation of Law 13.935/19 in the municipality of Baturité-CE, based on the analysis of the teachers' point of view in search of efficiency and effectiveness in the implementation of public policy.

**Keywords:** Public Policy. Social Service in Education. Basic Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Ciclos da Política Pública	20
Figura 2	- Segmentos de Textos Classificadas	32
Figura 3	- Dendrograma	34
Figura 4	- Nuvem de Palavras do <i>corpus</i>	34
Figura 5	- Análise de similitude do <i>subcorpus 1</i>	35
Figura 6	- Análise de similitude do <i>subcorpus 2</i>	36
Figura 7	- Nuvem de palavras do <i>subcorpus 3</i>	37
Figura 8	- Análise de similitude do <i>corpus</i>	39
Gráfico 1	- Disciplinas Lecionadas na Rede Pública por Docentes em Baturité-CE.	31
Gráfico 2	- Conhecimento dos docentes de Baturité acerca da Lei 13.935/19	31
Gráfico 3	- Percepção dos docentes de Baturité-CE em relação a essencialidade do Assistente Social na escola	32
Quadro 1	- Respostas que apresentam maior ocorrência de STs	38
Tabela 1	- Escolas por dependência Administrativa no município de Baturité	25
Tabela 2	- Escolas da rede pública básica do município de Baturité	26
Tabela 3	- Número de matrículas por etapa escolar na rede pública de Baturité-CE	27
Tabela 4	- Distribuição de docentes por etapa de ensino na rede pública básica de Baturité-CE	27
Tabela 5	- Amostra dos docentes no município de Baturité – CE	28
Tabela 6	- Perfil sociodemográfico da amostra dos docentes de Baturité, CE	30

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS	Conselho Regional da Assistência Social
CRES	Conselho Regional do Serviço Social
CF/88	Constituição Federal de 1988
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
<i>Fi</i>	Frequência absoluta
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
Khi	Qui-quadrado
MEC	Ministério da Educação
PL	Projeto de Lei
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SM	Salário mínimo
STs	Segmentos de Textos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Serviço Social no Brasil.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Serviço Social e Educação.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>Educação Pública no Brasil .....</b>	<b>18</b>
<b>2.4</b>	<b>Políticas Públicas e Seus Ciclos .....</b>	<b>19</b>
<b>2.4.1</b>	Políticas Públicas de Educação no Brasil.....	21
<b>2.4.2</b>	Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019.....	23
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>24</b>
<b>3.1</b>	<b>Critérios da Amostragem .....</b>	<b>25</b>
<b>3.1.1</b>	Critérios de Inclusão da amostra .....	28
<b>3.1.2</b>	Critérios de Exclusão da amostra .....	28
<b>3.2</b>	<b>Elaboração de Questionário .....</b>	<b>28</b>
<b>3.3</b>	<b>Aspectos Éticos do Estudo .....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>30</b>
<b>4.1</b>	<b>Caracterização da Amostra .....</b>	<b>30</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E</b>	
	<b>ESCLARECIDO.....</b>	<b>46</b>
	<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

A escola tem caráter não só formativo, mas também se consolida enquanto ambiente plural, acolhedor, inclusivo e de proteção aos direitos da criança e do adolescente. Percebe-se que o ambiente escolar possui uma vastidão de demandas sociais, especiais e de acolhimento (LIMA, 2018). A Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece que a educação pública deve fornecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, porém para alcançar esse objetivo, para além da oferta da educação gratuita, deve-se pensar formas de garantir que os alunos tenham condições de permanecer frequentando a escola e que seja ofertada uma educação de qualidade.

No ano de 2019, somava-se aproximadamente 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola no Brasil, em 2020 no Estado do Ceará registrou-se o quantitativo de 135.069 crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos de idade sem frequentar a escola (BRASIL, 2021), e ainda, o município de Baturité totaliza aproximadamente 2.000 crianças fora da escola (INEP, 2021). Destaca-se que segundo pesquisas, 3.510 crianças na faixa etária de 11 a 14 anos afirmaram não frequentar a escola por estar trabalhando ou procurando trabalho e 4.112 crianças enfrentavam uma gravidez, (BRASIL, 2021) percebe-se que a violação dos direitos da criança e do adolescente ainda são ocorrentes, fator que acarreta em alto índice de evasão escolar.

A educação básica é constituída pelas etapas da educação infantil (ofertada pelos municípios); ensino fundamental (ofertada pelos municípios); e ensino médio (ofertada pelo Estado ou Governo Federal) é nessa jornada que a criança irá se desenvolver e passar pelo processo de formação. É fundamental que esse processo seja favorável ao aluno e que ele receba todo o acolhimento e atenção necessários para seu crescimento pessoal e formativo. A inserção do Assistente Social e do Psicólogo no ambiente escolar favorece diretamente esse cenário, à medida que são vivenciadas diversas situações que demandam da presença de um profissional qualificado e específico para atender as questões sociais dos alunos, auxiliar os professores e desenvolver projetos que dialoguem com o desenvolvimento do aluno junto à gestão (LIMA, 2022).

Nos dias atuais, a atenção às questões sociais e à saúde mental são cada vez mais temas de discussão. Contudo, diante da realidade local, nota-se que ainda há muito para se avançar para alcançar a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes que fazem parte

da rede pública de educação básica, visto que pouco se fala acerca dos direitos sociais e muitas vezes as classes menos favorecidas sequer conhecem seus direitos. Logo, a relevância desse trabalho se dá à medida que dialoga com um tema que ainda é pouco conhecido e que demonstra efeitos positivos para o campo da Educação.

A Lei 13.935/19 dispõe que as redes públicas de educação básica serão integradas com equipes multiprofissionais ofertando serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação (BRASIL, 2019). O município de Baturité-CE faz parte da microrregião do Maciço de Baturité, este que conta em sua totalidade com outros 12 municípios, possuindo aproximadamente 248 mil habitantes (IBGE, 2021). Baturité conta integra 29 escolas da rede pública de educação básica, distribuídas entre a zona rural e urbana, registrando 6.714 matrículas no ano de 2021 somente na rede pública de educação do município (INEP, 2021). A investigação sobre a visão dos docentes da rede pública do município acerca da implementação da Lei 13.935/19 sinaliza conhecer as necessidades e a realidade local das escolas que compreendem a rede pública de educação.

Com base nisso surge a pergunta de pesquisa: *Qual é a percepção dos docentes sobre a Lei 13.935/2019?*

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 Geral**

Avaliar a percepção dos docentes da rede pública de ensino do município de Baturité-CE acerca da Lei 13.935/19 e sua aplicabilidade.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- ❖ Investigar se existe conhecimento sobre a Lei 13.935;
- ❖ Analisar a relevância da existência de uma equipe multiprofissional no ambiente escolar;
- ❖ Averiguar o grau de importância do Assistente Social como profissional essencial no ambiente escolar;
- ❖ Identificar as implicações da presença do Assistente Social na rede pública de ensino.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Considerando que um dos ciclos da política pública é o da implementação e que o acompanhamento da mesma tanto pelos formuladores de políticas e, principalmente, pela comunidade científica e pela sociedade como um todo (SOUZA, 2006) é um mecanismo fundamental, pois reflete o exercício da cidadania.

Por conseguinte, este trabalho busca trazer reflexões acerca da implementação da Lei 13.935/19, sob a ótica dos professores da rede pública de educação básica do município de Baturité, localizado no estado do Ceará, visando verificar como e se está sendo implementada a referida lei, no que tange aos Assistentes Sociais; assim como trazer recursos exploratórios de recomendações.

Além disso, possibilitará que a comunidade tome conhecimento sobre a realidade de como essas demandas sociais estão sendo tratadas, do processo de implementação da lei e se os seus objetivos estão sendo alcançados. E, com base nisso, possibilitará a reivindicação de forma mais concisa acerca da implementação desta lei no município interiorano cearense, pois existem dados comprovando que essa política pública favorece a melhoria na educação.

No que se refere aos docentes, realizar investigações que permitam a sua escuta têm sido condutas que vão de encontro com a Nova Gestão Pública, na busca da eficiência e eficácia.

Esse trabalho apresenta primeiramente a Introdução, posteriormente a fundamentação teórica, em seguida a metodologia, depois apresenta e discute os resultados encontrados e, por tece as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Em busca de traçar a relação entre o Serviço Social e a rede pública de educação básica, neste capítulo, será apresentado um breve histórico acerca do Serviço Social no Brasil, como se dá a aplicação do Serviço Social na educação, o conceito e a estruturação das políticas públicas e sua aplicação na educação e, por fim, a apresentação da Lei 13.935/19.

### **2.1 Serviço Social no Brasil**

No início da década de 1920, com a forte marcação do capitalismo tornando a força de trabalho em mercadoria, trazendo à tona a exploração abusiva da mão de obra individual e demarcando lutas da classe operária surge então uma espécie de ameaça a sociedade burguesa, indo diretamente de encontro aos seus valores mais sagrados, sendo estes: moral, religião e a ordem pública. Diante desse cenário, percebe-se então a necessidade do controle social a fim de regulamentar a compra e venda da força de trabalho, e então, o Estado se vê na posição de intervir, criando as Leis Sociais, estas que intervêm na “questão social” e a deslocam para o centro das condições que atravessam a sociedade (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014).

Contudo, a implantação do Serviço Social não se deu a partir das medidas implementadas pelo Estado com as Leis Sociais, mas sim, com manifestações de iniciativa particular de grupos e frações de classe, e principalmente por influência da Igreja Católica. O proletariado, por sua vez, estava remetido cada vez mais às condições exploradoras, não havia nenhuma regulamentação que tornasse seu trabalho justo, e ainda, devido aos salários baixíssimos, por volta de 1920, a jornada de trabalho estava fixada em 10 horas diárias, sendo as mulheres, menores de 18 anos e crianças os ocupantes de grande parcela dos proletários, passando por condições abusivas sem direitos às férias, descanso semanal remunerado, licença para cuidar da saúde ou qualquer tipo de seguro regulado por lei. A partir daí é que surgem as organizações em prol dos direitos do proletariado a fim de assegurar e garantir melhores condições de vida para a população mais pobre. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014).

Após a Primeira Guerra Mundial, com a intensa evidência e resquícios do ocorrido ao longo de 4 anos, é que surge a Institucionalização do Serviço Social enquanto profissão no cenário mundial, trazendo o surgimento de movimentos especialmente europeus de ação social a fim de organizar a classe trabalhadora e ocasionar a difusão de ideias políticas. A



partir desse marco, surgem então as Escolas Especializadas em Serviço Social a fim de profissionalizar os serviços assistenciais fornecidos, estes que se limitavam ao atendimento individual para aquele que estivesse em condição estrutural de pobreza (OLIVEIRA & CHAVES, 2017).

Surgindo somente em 1936 a primeira Escola de Serviço Social do Brasil, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo com forte influência da doutrina social da Igreja Católica, e logo mais, em 1937 surge a segunda Escola de Serviço Social do Brasil, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, e adiante, em 1940 a terceira Escola surge em Recife (OLIVEIRA & CHAVES, 2017).

Para as autoras pioneiras do Serviço Social, a implantação do serviço social está ligada essencialmente ao histórico de transições ocorridas no meio econômico e social dos quais a sociedade brasileira é atravessada, bem como é moldada a partir da ação dos grupos, classes e instituições que são acometidos com essas mudanças. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Ainda de acordo com Iamamoto & Carvalho (2014, p. 226) “O serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a Igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade”; daí então que surge a forte doutrina social católica na essência do Serviço Social nos anos 90.

O marco legal do Assistente Social como profissional surgiu a partir da Lei nº 8.662, publicada no dia 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Em seu artigo 4 estabelece suas competências:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos. (BRASIL, 1993).

Cabe destacar que é explícito em lei que apenas o profissional graduado em serviço social portador do diploma e devidamente registrado no conselho regional de maneira prévia é que estará apto a exercer a profissão de Assistente Social (BRASIL, 1993). Logo, ao observar as competências do profissional em Serviço Social, percebe-se sua relação diretamente ligada à defesa e garantia dos direitos dos cidadãos de forma individual e coletiva.

## 2.2 Serviço Social e Educação

A atuação do Assistente Social no Brasil está vinculada diretamente ao setor público, à medida em que o Estado gradualmente intensifica suas ações e controle junto à sociedade civil. Empresas privadas também são integradoras da profissão, de modo que prestam serviços sociais à população ou dedicam-se às atividades produtivas. Logo, a profissão do Assistente Social abrange tanto o aparato estatal, na formulação de políticas públicas, projetos sociais e afins, quanto nas empresas privadas. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014).

A escola enquanto um espaço social possui necessidade de profissionais que lidem com questões sociais no ambiente escolar. Neste sentido torna-se extremamente relevante a inserção do Assistente Social nas escolas, para composição de uma equipe multiprofissional capaz de lidar com questões de aprendizagem e sociais de crianças e adolescentes, sendo também capaz de garantir a inclusão social, formação cidadã e emancipação de sujeitos. (LIMA, 2018). O art. 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1991)

Além do ECA, existem outras Leis que estabelecem o direito das crianças e adolescentes à educação. O ambiente escolar enquanto um dos principais espaços sociais é onde alunos manifestam sua realidade social. A equipe multiprofissional, no uso de suas atribuições técnicas operacionais contribuem para a solução de problemáticas como por exemplo o trabalho infanto-juvenil, drogas, fome, violência doméstica, exclusão social e evasão escolar (LIMA, 2018).

A gestão escolar, normalmente composta por diretores e coordenadores pedagógicos, trabalha com criações de estratégias que direcionam todos os funcionários do ambiente escolar a exercitarem suas funções de acordo com a dinâmica escolar, realizando assim uma administração participativa dentro e fora de sala de aula. (LIMA, 2018).

As equipes multiprofissionais, compostas por diferentes profissionais que com seus conhecimentos e técnicas possuem competência para realizar intervenções entre relações sociais e institucionais podem trabalhar juntamente com a equipe de docentes, solucionando objetivos traçados em prol do ensino-aprendizagem e no desenvolvimento das crianças e adolescentes. (LIMA, 2018).

A importância do assistente social na educação cria possibilidades de efetivação do direito à educação a partir de ações que estimulem a permanência dos estudantes nas escolas e contribuam para a composição de uma equipe multiprofissional nas escolas. Sendo um profissional preparado para lidar com questões complexas de alunos, por meio do estudo social, podem contribuir na atuação direta com problemas sociais educacionais. (LIMA, 2018). Segundo Lima (2022), a presença do Assistente Social na escola auxiliaria o docente a desempenhar de forma mais produtiva seu papel enquanto educador, pois sua preocupação estaria mais voltada aos processos de ensino aprendizagem e pedagógicos.

### **2.3 Educação Pública no Brasil**

A educação enquanto direito fundamental de natureza social, a partir da constituição e seus marcos normativos, compreende a instrução elementar, secundária e pouco a pouco universitária, segundo Santos (2019). Para a garantia do referido direito e sua dimensão de oferta, é necessária a garantia dos direitos sociais e qualidade do papel social que é proposto.

Enquanto um direito humano, a educação deve incorporar a dignidade humana como principal fundamento. Desta forma é feita a problematização da qualidade social da educação a partir da interpretação de sua institucionalidade, proposta na constituição de 1988, no qual afirma que a escola tem como função ser um espaço protetivo de direitos de crianças e adolescentes. Entretanto este espaço, segundo Santos (2019), mostra-se focado em ideais laborais e reprodução de valores insuficientes para proteger e garantir a dignidade humana enquanto princípio pedagógico. Portanto, é necessário investir equitativamente na ampliação de possibilidades de grupos mais vulneráveis para superar condicionantes históricos que os fizeram vulneráveis.

A escola tem como fundamento educativo, ainda em sua existência, a difusão da cultura humana. Segundo Arendt (2005) a mesma vem passando por uma crise, criada pela priorização de atividades, imediatismo, e consumo no ensino. Tais pontos mostram-se utópicas em relação à realidade, gerando um sucateamento na condição de dignidade humana, solidariedade, direito do outro ou sua dor (SANTOS, 2019).

Na década de 80 a educação passou a ser compreendida como direito fundamental com papel principal de revitalização da função da escola na sociedade não apenas como espaço de aperfeiçoamento cognitivo, mas também como espaço de proteção de direitos. A concepção de escola na década de 80 foi criada a partir da Doutrina Integral do Direito da

Criança e do Adolescente, entretanto esta situação se encontra irregular atualmente, na medida que os pontos do parágrafo anterior são uma realidade atual (SANTOS, 2019).

Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu art. 4, estabelece que é dever do Estado garantir educação básica de forma obrigatória e gratuita, além de fornecer atendimento ao discente em todas as etapas de ensino, no que se trata de transporte, alimentação, assistência à saúde, dentre outros (BRASIL, 1996).

A concepção fundamental de educação está condicionada a três pontos fundamentais. O primeiro deles está vinculado à criança e ao adolescente se apresentarem enquanto sujeitos de direito. O segundo está relacionado à escola enquanto espaço privilegiado de proteção de direitos. E o terceiro é a necessidade de forjar um novo paradigma de educação enquanto direito humano subjetivo. Formando, portanto, a exequibilidade da educação enquanto direito inalienável da pessoa humana a qual deve se mostrar contra a violação ostensiva do direito ao outro (SANTOS, 2019).

#### **2.4 Políticas Públicas e Seus Ciclos**

Em decorrência do aumento desenfreado da população e das diversas necessidades que ocorrem a partir da pluralidade de indivíduos inseridos no meio social, surgem os problemas públicos. Estes, são considerados um problema em comum entre a comunidade, apesar de suas singularidades quando passa a afetar o bem-estar e convívio da comunidade como um todo, e são identificados nas mais variadas áreas: educação, saúde, economia e afins (SOUZA, 2006).

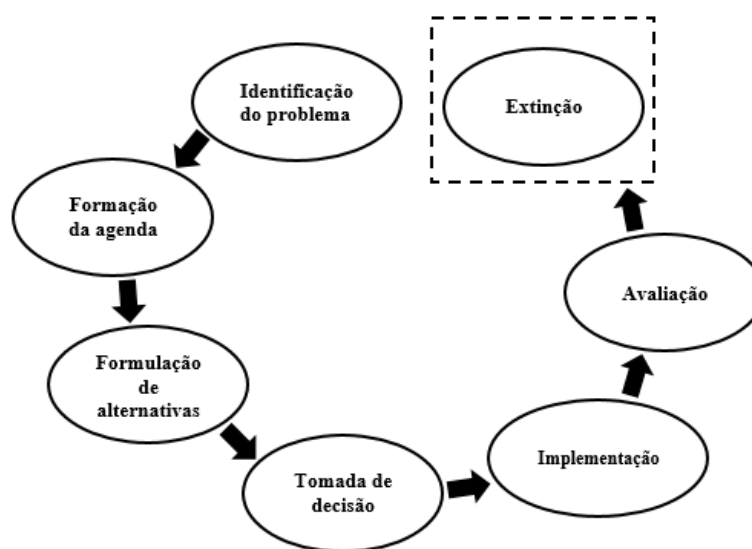
Dessa forma, a política pública surge com o objetivo de diminuir ou remediar os problemas públicos vivenciados pela sociedade, o qual estão sob responsabilidade do Estado. Para Souza (2006) a política pública pode ser resumida como uma parte do conhecimento que leva o governo a entrar em ação ou analisar a ação, e, quando for o caso, realizar proposta de mudança no percurso dessas ações. Ou seja, é por meio da política pública que o Estado desenvolverá uma proposta de mudança para um cenário que necessita de atenção e melhorias, e a partir dessa proposta é que futuramente será realizada a ação visando o interesse e bem-estar público.

De acordo com Santos (2010, p. 4) “Há enormes desafios para se eliminar a injustiça, a desigualdade e sofrimentos desnecessários. Desse modo, políticas públicas de desenvolvimento baseadas em cidadãos ativos e na inclusão sociopolítica e econômica se tornam essenciais”. Fruto do longo histórico de desigualdades que são vivenciadas desde o

início da vivência em sociedade, percebe-se os efeitos deste fator ainda atualmente em vários grupos. A urgência da universalização dos direitos básicos garantidos na CF/88 é de extrema importância para os grupos que se encontram com dificuldade ao acesso ou sem assistência ao que por direito é obrigatório receberem. Diante disso, as políticas públicas visam buscar providências e mecanismos para regulamentar às ações que tem por interesse a garantia dos direitos universais à sociedade.

As políticas públicas são divididas, no geral, em fases que formam um ciclo. O processo inicia-se com a identificação do problema; seguido pela formação da agenda política; depois pela formulação de alternativas; posteriormente ocorre a tomada de decisão, pelos formuladores de política públicas; em seguida pela implementação e, por fim pela avaliação, no geral. Souza e Secchi (2015) contemplam a extinção nos ciclos da Política Pública, como evidenciado pela Figura 1.

**Figura 1 - Ciclos das Políticas Públicas**



Fonte: Souza e Secchi (2015, p. 4).

Santos (2010) assinala que a implementação de políticas públicas depende de diversas variáveis, sendo estas a definição precisa das metas e objetivos; os recursos econômicos, políticos e sociais disponíveis; a necessidade de auxílio técnico e de informação; a comunicação efetiva. Logo, percebe-se que a fase de implementação é o momento crucial em que a proposta de resolução de um problema público transforma-se em ações e resultados tangíveis.

Após a implementação da política pública, é necessário tangenciar os efeitos decorrentes da sua criação, para isso, na fase do monitoramento busca-se tangenciar o grau

em que o desenvolvimento das atividades ocorreu conforme o esperado, detectar possíveis falhas, dificuldades ou pontos que devem ser melhorados (SANTOS, 2010). Logo, para além de apenas realizar a implantação de uma política pública, é necessário acompanhar os efeitos do seu funcionamento, se de fato está alcançando os objetivos propostos, se a população reagiu positivamente, e se existiu a percepção de aperfeiçoamento em algum aspecto.

A eficácia, eficiência e efetividade são utilizadas como indicadores para a avaliação da política pública implementada, vale ressaltar a importância do acompanhamento do programa criado, tendo em vista que o mesmo é de utilidade pública para servir a comunidade e suprir suas demandas sociais. Desse modo, Santos (2010) afirma que os indicadores de avaliação auxiliam na medição entre a eficiência da utilização dos recursos empregados quando se é possível alcançar o objetivo estabelecido com os gastos propostos; entre a eficácia e o cumprimento dos prazos e metas dentro do período estabelecido; e a efetividade quando da aceitação do programa pela comunidade a quem foi pensada.

#### **2.4.1 Políticas Públicas de Educação no Brasil**

Pode-se observar a criação de diversos programas ligados à acessibilidade igualitária da educação, o acesso ao ensino superior de forma democratizada, a oferta da educação para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade adequada, as políticas de acesso ao ensino em zona rural e comunidades indígenas, e demais políticas sociais que surgem com a ligação direta ao que é vivenciado pelo país nos âmbitos econômico, político e social (PIANA, 2008).

Os municípios do Estado do Ceará desenvolvem desde o ano de 2008 o Programa de Educação Contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (PETECA) elaborado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT-CE) que tem como objetivo primordial conscientizar a sociedade acerca da erradicação do trabalho infantil, bem como quebrar paradigmas culturais e de senso comum desse problema social e, ainda, reafirmar o Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. A partir da sensibilização dos atores da rede educacional, o programa objetiva informar as crianças, adolescentes, as famílias e comunidade local a respeito dos prejuízos ao desenvolvimento psicológico, físico e intelectual das crianças e adolescentes que se encontrem em condições de trabalho precoce (BATURITÉ, 2020).

Ademais, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) desenvolvido com um esforço cooperativo entre a Polícia Militar, as escolas e as famílias dos alunos tem

como foco apresentar aos alunos jornadas a serem trilhadas para tomadas de boas decisões, construindo uma sociedade na qual os adolescentes estejam capacitados para o respeito ao próximo, percorrendo uma jornada de crescimento individual livre do abuso de violência, drogas e de outros comportamentos maléficos ao desenvolvimento do adolescente (BATURITÉ, 2020).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), política pública que visa para além da alfabetização de pessoas que não conseguiram efetivar os estudos na idade adequada, resgatar alunos que foram excluídos do sistema de ensino por abandono escolar devido à falta de incentivo ou falta de condições financeiras favoráveis. Logo, o ambiente escolar do EJA deve ser adequado e estar preparado para acolher, incentivar, acompanhar e compartilhar experiências e aprendizados dos alunos, respeitando as particularidades de cada discente (BATURITÉ, 2020).

A importância das políticas educacionais advém, *a priori*, do reconhecimento das singularidades presentes na sociedade e do grau de importância do ambiente escolar como processo fundamental para o crescimento pessoal e profissional dos discentes (PIANA, 2008). Para Lima (2022), existe uma necessidade urgente de políticas públicas que forneçam atendimento às demandas sociais dos alunos, levando a construção de parcerias entre as escolas, equipe multiprofissional e rede intersetorial (saúde e assistência) para atender de forma conjunta e eficaz as necessidades diárias do discente da rede pública.

Dessa forma, as figuras presentes no âmbito educacional são protagonistas na disseminação do conhecimento e do aprender a aprender, destaca-se

A educação implica todas as buscas do humano para apropriar-se da cultura produzida pelo próprio ser humano. A escola é o espaço privilegiado de produção e socialização do saber e deve se organizar por meio de ações educativas que busquem a formação de sujeitos éticos, participativos, críticos e criativos. Isso significa que compete à escola o papel de contribuir para a disseminação do saber historicamente acumulado e também a produção de novos saberes. (PIANA, 2008, p. 76)

Porém, pode-se observar a precariedade no que se refere às políticas públicas educacionais ligadas às questões sociais e à saúde mental, sendo este um debate recente que vem ganhando cada vez mais atenção e importância (FIGUEIREDO *et. al.* 2019). Dito isto, ao reconhecer o papel da escola enquanto espaço multidisciplinar é válido afirmar que a saúde também deve ser incluída como fator de atenção para o pleno desenvolvimento dos estudantes.

#### 2.4.2 Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019

Em setembro de 2000 foi apresentado o Projeto de Lei 3688/2000 que inicialmente tratava sobre a inserção somente do assistente social no quadro de profissionais das escolas, e somente após 19 anos de trâmite é que foi sancionada a Lei 13.935/19 que dispõe em seu art. 1, a saber:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 2019)

De acordo com a Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019 está assegurada a atuação de psicólogos e assistentes sociais na rede básica da educação pública brasileira. Sendo a rede básica constituída pelas etapas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, cabe o questionamento acerca da aplicabilidade e eficácia desta política pública em todas as faces do ensino básico na rede pública, tendo em vista sua importância para o ambiente escolar como um todo, pois além de auxiliar os alunos, a figura do assistente social e psicólogo na escola também traz benefícios ao quadro de profissionais do ambiente escolar e a rede familiar dos discentes.

Fundamenta-se no art. 2 da Lei 13.935 o prazo de 1 (um) ano para o cumprimento das disposições previstas (BRASIL, 2019), contudo, em 09 de outubro de 2019 o atual Presidente da República sancionou um veto que impossibilitou a continuidade da aplicação e funcionamento desse projeto, ao alegar inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, e somente em 27 de novembro de 2019 a Câmara dos Deputados derrubou o veto ao (PL) nº 3.688/2000 e garantiu a tramitação em caráter de urgência com o propósito da inserção de psicólogos e assistentes sociais de modo fundamental no ambiente educacional da rede pública brasileira o quanto antes (BRASIL, 2019).



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente trabalho realizou-se uma pesquisa exploratória, que de acordo com Gil (2022), tem como principal objetivo propiciar maior familiaridade com o problema, neste ínterim, proporciona a formulação de hipóteses e explicita o problema em questão.

No que se refere à abordagem do problema, a pesquisa é caracterizada como quali-quantitativa, de modo que os tratamentos qualitativos e quantitativos dos resultados se complementem, a fim de enriquecer a análise e as discussões finais da pesquisa, estando a pesquisa qualitativa concentrada no universo de significados, ações e atitudes dos fenômenos e processos que não são captáveis em variáveis estatísticas; a pesquisa quantitativa busca a obtenção de dados e indicadores com a pretensão de classificá-los e compreendê-los a partir de variáveis (MINAYO, 2002).

A primeira etapa consistiu na pesquisa bibliográfica, de modo que fosse possível absorver conhecimento específico na área estudada e auxiliar no processo de escolha do instrumento de pesquisa. Para Marconi & Lakatos (2021) a pesquisa bibliográfica é um delineamento integral acerca dos principais estudos já realizados, constituídos de importância, por serem instrumentos capazes de fornecer fatos atuais e fundamentais que possuem relação com o tema. Dessa forma, buscou-se em livros, periódicos, revistas, relatórios técnicos e teses, trabalhos relacionados às áreas do serviço social, educação e políticas públicas.

A segunda etapa da pesquisa correspondeu a aplicação de um questionário semi-estruturado como instrumento de coleta dos dados, o qual foi elaborado, adaptado e validado por Lima (2022), que trata das expectativas dos professores em relação à prestação do Serviço Social no ambiente escolar da rede pública de educação básica.

Utilizou-se o *software* Iramuteq 0.7 para compilar e apresentar os dados para análise. De acordo com Camargo & Justo (2013, p. 515) “[...]viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude)”. Por conseguinte, foi utilizado para as respostas abertas dos docentes coletadas no questionário aplicado via *google forms*. Um banco de dados em Excel foi criado para facilitar a visualização dos dados e, posteriormente, foi elaborado o *corpus*<sup>1</sup> a ser exportado ao *software* Iramuteq 0.7 para classificação dos segmentos de texto (STs). O *corpus* é composto

---

<sup>1</sup> *Corpus* – O corpus é construído pela pesquisadora, em arquivo específico para compatibilidade no *software* Iramuteq 0.7. É o conjunto de textos/respostas que se pretende analisar.

por um grupo de textos a respeito de uma determinada temática (CAMARGO & JUSTO, 2013).

A partir do *corpus* foram gerados gráficos representativos com as análises lexicais dos Segmentos de Textos (STs) e *subcorpus*<sup>2</sup> específicos para a análise de questões trabalhadas no questionário. No total, foi utilizado 1 *corpus* com 326 segmentos de texto (STs), com aproveitamento de 239 (73,31%) STs; e 3 *subcorpus* com respectivamente 47 STs, 48 STs; e 48 STs. Vale destacar que Camargo & Justo (2013) recomendam um aproveitamento mínimo de 70% dos STs.

Inicialmente foi realizada uma classificação hierárquica descendente (CHD) com o corpus construído, esse método de análise possibilita uma análise lexical do material textual, gerando contextos (classes lexicais), estes que são caracterizados por um vocabulário específico e pelos segmentos de textos que distribuem esse vocabulário (CAMARGO & JUSTO, 2013). A partir do *corpus* ao cruzar segmentos de textos e palavras (em repetidos testes do tipo  $\chi^2$ )<sup>3</sup>, aplica-se o método de CHD e obtém-se uma classificação estável e definitiva (REINERT, 1990). Após geradas às classes lexicais, o Iramuteq 0.7 gera dados em um dendrograma da CHD, este que demonstra as relações entre as classes. A partir da análise CHD, foram geradas pelo *software* 3 (três) classes, a saber, Classe 1: Apoio; Classe 2: Equipe Multiprofissional; Classe 3: Questões Sociais.

### 3.1 Critérios da Amostragem

Segundo dados do Censo Escolar (INEP, 2021), o município de Baturité localizado no estado do Ceará, conta com uma totalidade de 35 escolas com as seguintes divisões por dependência administrativa apresentadas a seguir na tabela 01.

**Tabela 1** – Escolas por dependência Administrativa no município de Baturité

Dependência Administrativa	Quantidade de Escolas
Federal	01
Estadual	03
Municipal	25
Privada	06
<b>Total</b>	<b>35</b>

Fonte: Censo Escolar 2021- INEP

<sup>2</sup> *Subcorpus* – A partir do *corpus* criado pela pesquisadora, o Iramuteq permite a segmentação do material textual utilizado no *corpus* e gera uma subdivisão com questões específicas coletadas no questionário.

<sup>3</sup> O *software* executa cálculos estatísticos e fornece resultados que permite a descrição de todas as classes separadamente.

O universo desta pesquisa é composto por escolas da rede pública de educação básica no município de Baturité-CE, conforme apresenta tabela 2.

**Tabela 2** – Rede Pública básica do município de Baturité, CE - 2022

<b>Escola</b>	<b>Etapa</b>	<b>Dependência Administrativa</b>	<b>Localização</b>
15 de Novembro EEFMUL	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Zona Rural
19 de Novembro EEFMUL	Educação Infantil	Municipal	Zona Urbana
Anto Vicente Filho EEFMUL	Educação Infantil Anos Iniciais (EF)	Municipal	Zona Rural
Capitão Porfirio Rodrigues de Souza EEFMUL	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Zona Rural
Ceja Donaninha Arruda	Anos Finais (EF) e Ensino Médio	Estadual	Zona Urbana
Centro de Educação Infantil Maria Leidiane de Oliveira da Silva	Ensino Infantil	Municipal	Zona Urbana
Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Auxiliadora	Ensino Infantil	Municipal	Zona Urbana
Clemente Olintho Távora Arruda EEEP	Ensino Médio	Estadual	Zona Urbana
Cristo Rei EEFMUL	Educação Infantil e Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Urbana
Diomedes Marinho EEFMUL	Educação Infantil e Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Urbana
Domingos Sávio EEFMUL	Anos iniciais (EF) e Anos Finais (EF)	Municipal	Zona Urbana
Domingos Sávio Liceu de Baturité	Ensino Médio	Estadual	Zona Urbana
Eduardo Taveira EEFMUL	Educação Infantil e Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Rural
Escola de Ensino Fundamental Municipal Coronel Estevão Alves da Rocha	Anos iniciais (EF) e Anos Finais (EF)	Municipal	Zona Urbana
Evandro Vasconcelos Holanda EEFMUL	Educação Infantil e Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Rural
Francisco Aírton Amora Vasconcelos EEMUL	Educação Infantil e Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Rural
João Lino Filho EEFMUL	Educação Infantil e Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Urbana
Laura Vicuna EEFMUL	Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Urbana
Maria de Lourdes da Silveira EEFMUL	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Zona Rural
Maria José Viana EEFMUL	Educação Infantil e Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Rural
Monsenhor Manoel Candido EEFMUL	Educação Infantil e Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Urbana
Nações Unidas EEFMUL	Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Urbana
Padre Anchieta EEFMUL	Educação Infantil e Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Rural
Pedro Lopes Filho EEFMUL	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Zona Rural
Santa Luzia (CEI)	Educação Infantil	Municipal	Zona Urbana
São Francisco (CEI)	Educação Infantil	Municipal	Zona Urbana
Serra Preta EEFMUL	Educação Infantil e Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Rural
Vicente Juscier Bernardino de Oliveira EEFMUL	Educação Infantil e Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Rural
Vovó Guilhermina	Anos iniciais (EF)	Municipal	Zona Urbana

Fonte: Censo Escolar, INEP – 2021

Ao observar os dados dispostos na Tabela 2, conclui-se que o universo deste trabalho está disposto em 29 (vinte e nove) escolas da rede pública de educação do município distribuídas na zona urbana e rural. De acordo com os dados do Censo Escolar (INEP, 2021), a maior parcela de matrículas concentra-se no ensino fundamental, totalizando 6.714 matrículas na rede pública municipal, conforme disposto na tabela 3.

**Tabela 3** – Número de matrículas por etapa escolar na rede pública de Baturité-CE

<b>Etapa Escolar</b>	<b>Número de Matrículas</b>
Educação Infantil	1.412
Anos iniciais do Ensino Fundamental	2.067
Anos finais do Ensino Fundamental	1.812
Ensino Médio	1.423
<b>Total de Matrículas</b>	<b>6.714</b>

Fonte: Censo Escolar, INEP – 2021

Segundo dados do Censo Escolar INEP (2021), em 2021; o município de Baturité, Ceará conta com cento e setenta e nove (179) docentes distribuídos nas etapas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental; setenta e seis (76) docentes em creches e pré-escolas compondo a educação infantil; e cinquenta e oito (58) docentes integram a etapa do ensino médio do município; o que totaliza 313 (trezentos e treze) docentes em escolas urbanas e rurais da rede pública de educação do município; conforme ilustrado pela Tabela 4.

**Tabela 4** – Distribuição de docentes por etapa de ensino na rede pública de Baturité-CE

<b>Etapa Escolar</b>	<b>Número de Docentes</b>
Educação Infantil	76
Ensino Fundamental	179
Ensino Médio	58
<b>Total de Docentes</b>	<b>313</b>

Fonte: Censo Escolar, INEP – 2021

Utilizou-se como técnica para o critério de amostragem, a amostra proporcional estratificada (Crespo, 2009), chegando-se a um percentual de 15% da população total de docentes da rede pública de educação básica no município (localizados nas zonas urbanas e rurais). Por conseguinte, em termos de estratificação da amostra; a proporção dos docentes respondentes da educação infantil equivaleu-se em 24%; do ensino fundamental, de 57% e do ensino médio, de 19%; totalizando uma amostra composta por 46, docentes. Para obter a amostra da pesquisa, utilizou-se a fórmula de cálculo para o tamanho da amostra em população finita, tendo como margem de erro o percentual de 5%, com um nível de confiança de 95%. Desta feita, considerando a população de 313 docentes e tendo obtido um total de 46

questionários respondidos e válidos; fica assegurada a robustez da representatividade amostral de mais 15% da população. A tabela 5 apresenta a estratificação da amostra dos respondentes válidos.

**Tabela 5** – Amostra dos docentes no município de Baturité – CE. Ano: 2022

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
11	26	9	46

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos

A coleta de dados ocorreu no período de junho de 2022. O questionário foi aplicado via *google forms*, utilizando-se como forma de divulgação para a coleta dos dados, o compartilhamento do link nas principais mídias tecnológicas e sociais, a saber: E-mail; WhatsApp; Instagram e Facebook.

### 3.1.1 Critérios de Inclusão da amostra

- Docentes que atuam na Educação Infantil da rede pública de educação em Baturité-CE;
- Docentes que atuam no Ensino Fundamental I e II da rede pública de educação em Baturité-CE;
- Docentes que atuam no Ensino Médio da rede pública de educação em Baturité-CE.

### 3.1.2 Critérios de Exclusão da amostra

- Docentes que não atuam em Baturité-CE;
- Docentes da Rede Privada que atuam em Baturité-CE;
- Docentes atuantes na esfera administrativa Federal em Baturité-CE.

## 3.2 Elaboração de Questionário

O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi um questionário semi-estruturado, adaptado de Lima, 2022. O questionário foi disposto em 5 (cinco) questões referentes aos dados demográficos e 11 (onze) questões elaboradas com vistas obter a

percepção dos docentes em relação à lei estudada (Apêndice 1). O questionário dispõe de questões fechadas e abertas, seguido e adaptado a partir de Lima (2022). De acordo com Lima (2022), a construção do questionário base se deu a partir da avaliação de 5 juízas, sendo duas dessas formadas em Serviço Social, duas formadas em Pedagogia e uma psicóloga, assegurando a validade e robustez das questões utilizadas como instrumento de pesquisa.

### **3.3 Aspectos Éticos do Estudo**

O estudo foi realizado atendendo às questões éticas exigidas pela legislação em vigor, através da inclusão do TCLE no questionário e o seu aceite, como requisito essencial para que o respondente pudesse avançar e responder o questionário.

## 4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Caracterização da Amostra

A Tabela 6 apresenta a compilação dos dados demográficos da amostra, permitindo a construção do perfil da amostra.

**Tabela 6** – Perfil sociodemográfico da amostra dos docentes de Baturité, CE (2022)

<b>Categoria</b>	<b>Descritor</b>	<b>Respondentes</b>	<b>%</b>
Sexo	Feminino	28	61
	Masculino	18	39
Formação acadêmica	Superior Completo (Bacharelado)	1	2
	Superior Completo (Licenciatura)	10	22
	Especialização	24	52
	Mestrado	11	24
Tempo de Atuação	Entre 2 e 5 anos	8	17
	Entre 6 e 10 anos	8	17
	Entre 11 e 15 anos	7	15
	Entre 16 e 20 anos	8	17
	Entre 21 e 25 anos	9	20
	Entre 26 e 30 anos	5	11
	31 anos ou mais	1	2
Idade	25 a 30 anos	10	22
	31 a 35 anos	8	17
	36 a 40 anos	4	8,5
	41 a 45 anos	4	8,5
	46 a 50 anos	10	22
	51 anos ou mais	10	22
Renda Mensal	Até 2 Salário Mínimo (SM)	8	17
	De 2 a 4 Salário Mínimo (SM)	25	54
	De 4 a 10 Salário Mínimo (SM)	10	22
	De 10 a 20 Salário Mínimo (SM)	1	2
	Prefiro não informar	2	4

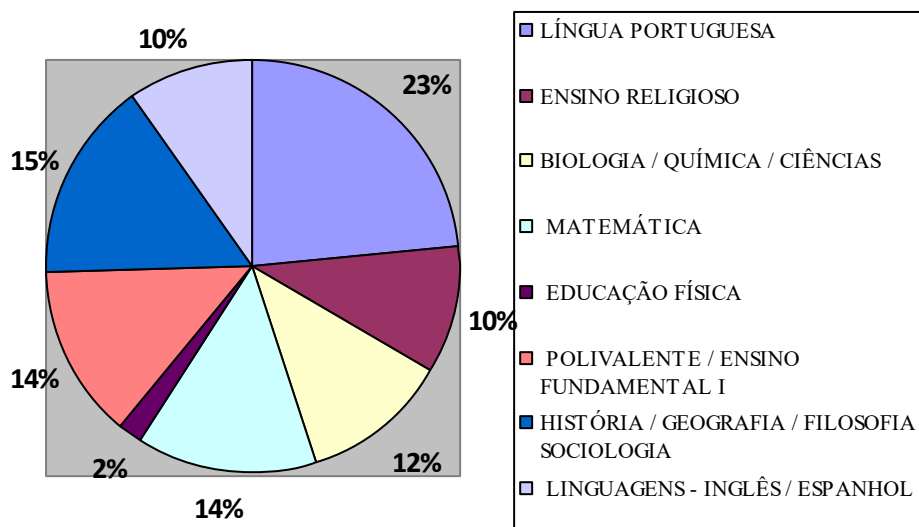
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2022)

Conforme descrito na Tabela 6, no que se referem aos dados demográficos, 39.13% (18) dos respondentes são do sexo masculina e 60.87% referem-se ao sexo feminino (28). No que se refere à faixa etária, 22% (10) estão entre 25 e 30 anos, 17% estão entre 31 a 35 anos (8); 8,5% (4) têm idade entre 36 e 40 anos; 8,5% (4) têm idade entre 41 a 45 anos; 22% têm idade entre 46 e 50 anos (10); e 22% (10) têm idade entre 51 anos ou mais. Relativamente à renda mensal, 8 docentes recebem até 2 salários mínimos; 25 docentes recebem de 2 a 4 salários mínimos; 10 docentes recebem de 4 a 10 salários mínimos; e 1 docente recebe de 10 a 20 salários mínimos. Em relação à formação acadêmica, 1 docente possui superior completo em grau de bacharelado; 10 docentes possuem superior completo em grau de licenciatura; 24 docentes possuem especialização; e 11 docentes possuem mestrado. No que se refere ao tempo de atuação como docente, 16 docentes possuem entre 2 e 10 anos de atuação; 15

docentes possuem entre 11 e 20 anos de atuação; 14 docentes possuem entre 22 e 30 anos de atuação; e 1 docente possui mais de 31 anos de atuação.

O Gráfico 1 apresenta a porcentagem de disciplinas lecionadas pelos (as) docentes nas escolas da rede pública de educação básica em Baturité-CE, distribuídas entre creches, escolas de ensino fundamental e de nível médio.

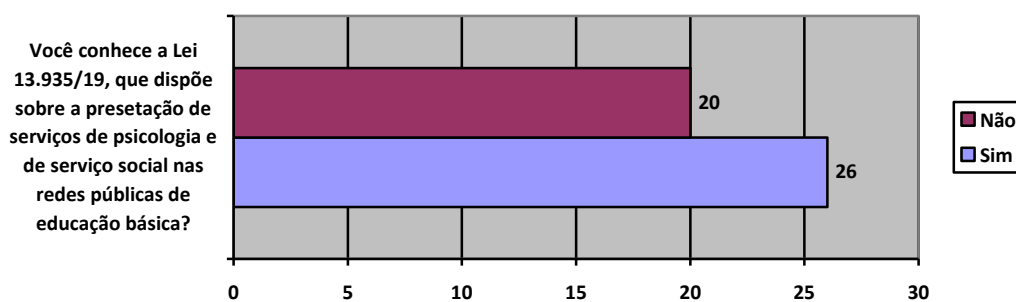
**Gráfico 1** – Disciplinas Lecionadas na Rede Pública por Docentes em Baturité-CE.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos (2022).

Conclui-se, a partir do Gráfico 1, que a maioria dos docentes atuam nas escolas de ensino fundamental lecionando disciplinas na área da Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, totalizando 49% das disciplinas representadas. Por conseguinte, as disciplinas referentes ao Ensino Fundamental I e Polivalente totalizam 14%, enquanto as disciplinas do Ensino da História/Geografia/Filosofia/Sociologia totalizam 15%. Adiante, o gráfico 2 representa o quantitativo de conhecimento acerca da Lei 13.935/19.

**Gráfico 2** – Conhecimento dos docentes de Baturité-CE acerca da Lei 13.935/19.

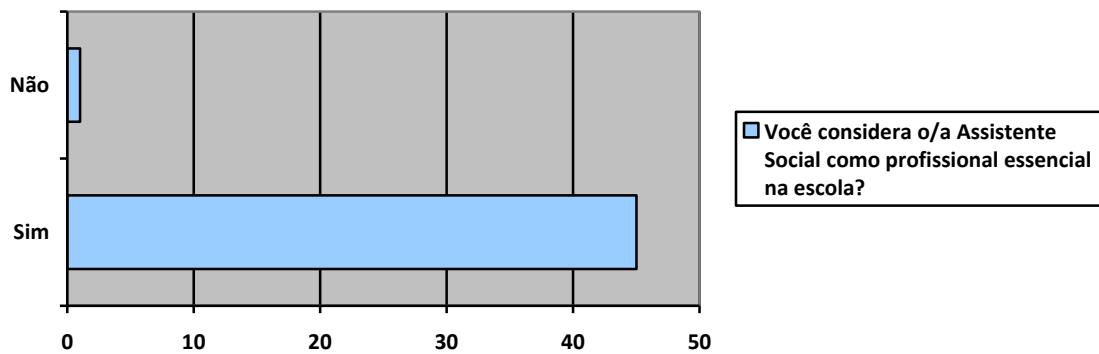


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos (2022).



Ao analisar o conhecimento dos docentes acerca da Lei 13.935/19 que é um dos objetivos de estudo neste trabalho, pode-se observar que dos 46 docentes, 43,5% (20) não tinham ciência da existência dessa Lei, fator esse que traz à tona a essencialidade dessa pesquisa e a necessidade de acesso à informação em relação às políticas públicas. O Gráfico 3 demonstra a opinião dos docentes em relação a essencialidade do Assistente Social na escola.

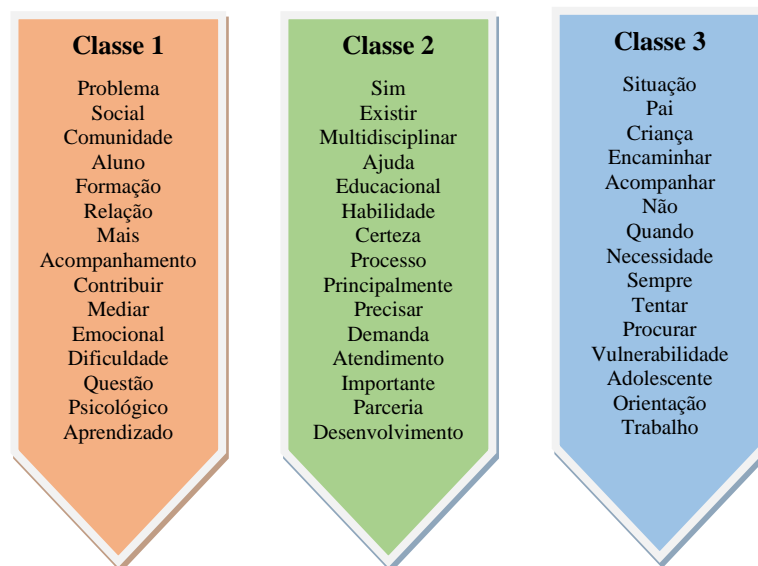
**Gráfico 3** – Percepção dos docentes de Baturité-CE em relação a essencialidade do Assistente Social na escola.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos (2022).

Relativamente à essencialidade do Assistente Social na escola, dos 46 docentes participantes da pesquisa; 98% (45) docentes assinalaram que consideram o profissional de Serviço Social uma figura indispensável no ambiente escolar; apenas 2% (1) docente assinalou resposta contrária. A Figura 2 apresenta as classes geradas a partir da análise CHD.

**Figura 2** - Segmentos de Textos Classificados



Fonte: Gerado pela autora a partir do *software Iramuteq 0.7* (2022).

Conforme representado na Figura 2, a partir da Análise CHD, entre as 3 classes formadas, o número de ocorrências com variáveis  $Khi^2 > 3$  entre elas foi de 3.603. A classe 1, denominada “Apoio” aponta relação entre as contribuições do Assistente Social no ambiente escolar, possuindo associação direta com “problema”, “social”, “comunidade”, “aluno”, “formação”, “acompanhamento”, “mediar”, “dificuldade”, “aprendizado”. Nota-se a partir dos dados obtidos na Classe 1, que a presença do Assistente Social se faz necessária na escola, pois há existência de demandas específicas que competem a este profissional.

A Classe 2, denominada “Equipe Multiprofissional” apresenta a percepção positiva dos docentes acerca da existência de uma equipe multiprofissional na escola, visto que os STs traçam forte conexão entre “existir”, “multidisciplinar”, “ajuda”, “educacional”, “processo”, “demanda”, “importante”, “desenvolvimento”. A partir dos fatos, percebe-se a concepção de que a implantação de uma equipe multiprofissional no ambiente escolar é de suma importância, à medida que auxilia no processo de desenvolvimento e educacional do aluno, sendo inegável a existência de demandas específicas ao Assistente Social e Psicólogo.

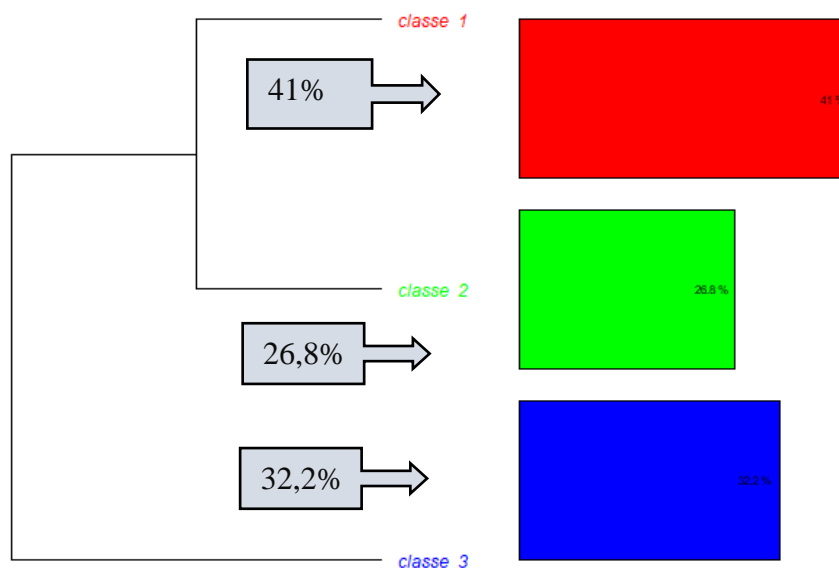
A Classe 3, por sua vez, denominada “Questões Sociais” possibilita a reflexão acerca das demandas sociais vivenciadas pelos alunos e/ou famílias que refletem diretamente no processo formativo da criança/adolescente. Ao relacionar os resultados obtidos na classe 3 com a pesquisa realizada pelo IBGE (BRASIL, 2021), percebe-se que alguns dos principais motivos para evasão escolar, a saber: vulnerabilidade econômica; gravidez na adolescência; trabalho infantil; dentre outros; são evidenciados na Classe 3 a partir da ocorrência de variáveis como “situação”, “criança”, “adolescente”, “encaminhar”, “vulnerabilidade”, “trabalho”, “evasão”, “orientação”.

Pesquisas apontam que há grande relação entre as classes mais pobres e a exclusão da escola (BRASIL, 2021), nesse cenário, o Estado a partir da formulação e implementação de políticas públicas que visem transformar esse panorama e a atuação conjunta da Assistência Social e Psicologia na escola possuem papel fundamental para mudanças positivas na Educação Brasileira. Cabe destacar, que a Classe 3 totalizou 32,2% ocorrências de STs no *corpus*, apresentando STs com frequência  $> 3^4$  que reforçam a preocupação acerca dos motivos que favorecem evasão escolar e prejudicam o processo formativo da criança/adolescente, a saber: “violência” ( $f_i = 4$ ), “abuso” ( $f_i = 3$ ), “problema” ( $f_i = 4$ ), “abandono” ( $f_i = 3$ ), “emocional” ( $f_i = 5$ ). A figura 3 ilustra a quantidade de representação de cada classe no *corpus*.

---

<sup>4</sup> Frequência absoluta ( $f_i$ ) representa a quantidade de vezes que um mesmo valor de variável se repetiu, nesse ínterim, destaca-se as variáveis que apareceram três vezes ou mais na análise de CHD.

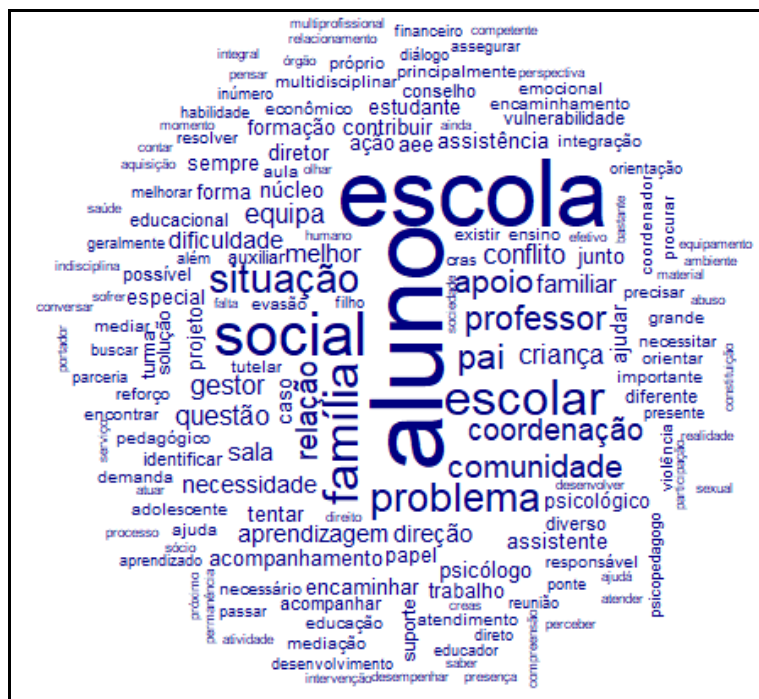
**Figura 3 - Dendrograma.**



Fonte: Gerado pela autora a partir do *software Iramuteq 0.7* (2022)

A partir do *corpus* foi gerado um gráfico em forma de nuvem de palavras para possibilitar uma rápida identificação das palavras chaves dessa análise (Figura 4). É uma análise lexical mais simples, tendo como função agrupar e organizar graficamente os Segmentos de Textos (STs), em função da sua frequência (CAMARGO & JUSTO, 2013).

**Figura 4 – Nuvem de Palavras do *corpus***

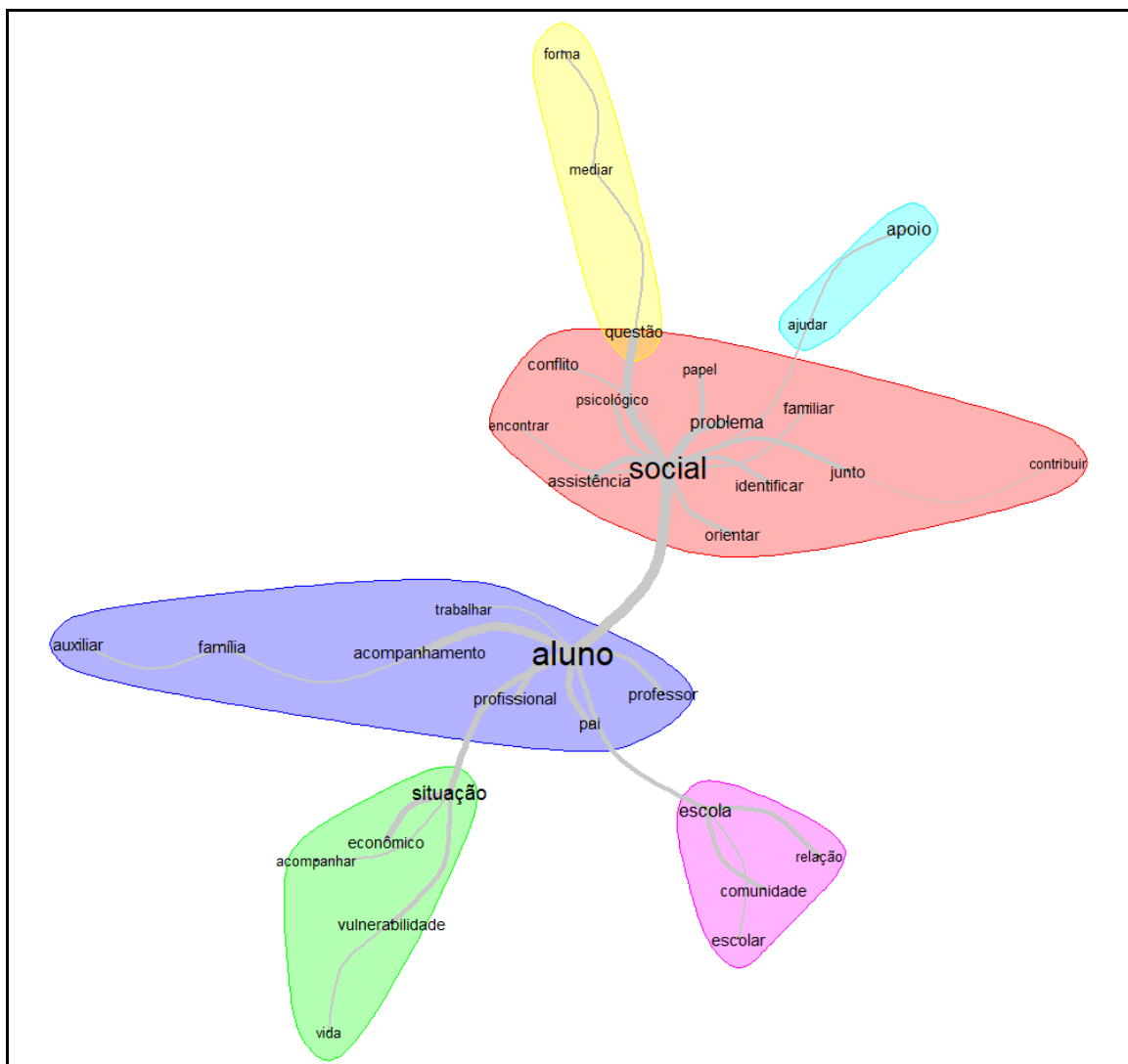


Fonte: Gerado pela autora a partir do *software Iramuteq 0.7* (2022).

As palavras com maior número de ocorrências foram “aluno” ( $f_i= 74$ ); “escola” ( $f_i=69$ ); “social” ( $f_i= 41$ ); “família” ( $f_i = 31$ ); “problema” ( $f_i= 24$ ); “situação” ( $f_i= 24$ ); apoio ( $f_i= 18$ ). Ao associar as ideias centrais ilustradas nos Segmentos de Textos (STs), denota-se que o assistente social é o profissional que auxiliará o aluno, a escola e a família em diversas situações e problemas sociais, visto que será o apoio/ponte para mediação de conflitos e melhora da relação escola/aluno/família/comunidade.

Na segunda etapa da análise, foram criados *subcorpus* para analisar questões específicas. Desse modo, a partir do *corpus* criou-se o *subcorpus 1* referente às respostas que tratavam das contribuições do Assistente Social na escola. A Figura 5 representa o *subcorpus 1* a partir de uma análise de similitude, a qual demonstra graficamente a relação dos STs por meio do agrupamento de ocorrências.

**Figura 5** - Análise de similitude do *subcorpus 1*.

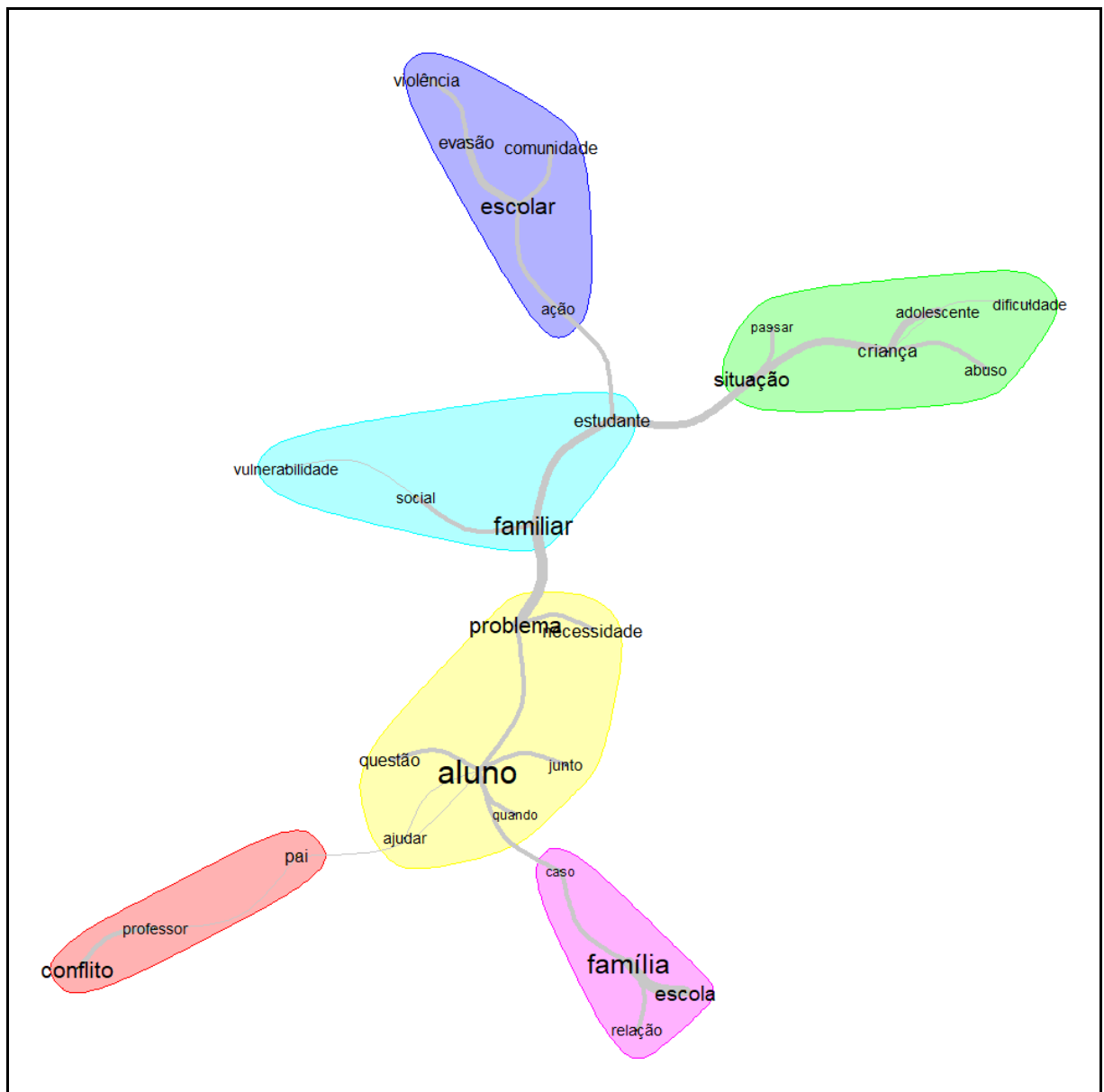


Fonte: Gerado pela autora a partir do *software Iramuteq 0.7* (2022).

Ao associar os STs, pode-se perceber que o Assistente Social pode contribuir de forma expressiva no ambiente escolar, visto que as demandas sociais podem ser identificadas, o aluno receberá o acompanhamento profissional necessário para auxiliar em situações de vulnerabilidade econômica, relação da escola com a família, dentre outras situações que estão representadas no agrupamento “social”. Além de se observar que as palavras “ajudar” ( $f_i= 3$ ) e “apoio” ( $f_i= 6$ ) estão diretamente relacionadas ao assistente social e aluno.

Adiante, foi elaborado o *subcorpus 2* a partir do *corpus* e gerado um gráfico de análise de similitude com o objetivo de demonstrar graficamente as situações em que o/a Assistente Social poderia intervir na escola. Conforme ilustrado na Figura 6.

**Figura 6** - Análise de similitude do *subcorpus 2*.



Fonte: Gerado pela autora a partir do software Iramuteq 0.7 (2022).

De acordo com a Figura 6, os STs com maior ocorrência foram: “aluno” ( $f_i= 15$ ); “família” ( $f_i= 9$ ); “escolar” ( $f_i= 8$ ); “problema” ( $f_i= 8$ ); “evasão” ( $f_i= 5$ ); “violência” ( $f_i= 5$ ). Os agrupamentos lexicais demonstram que as intervenções do Assistente Social na escola estão diretamente ligadas não só ao aluno, mas também a família, a escola e a comunidade, pois existe toda uma rede vinculada ao ambiente escolar. Percebe-se que a palavra “conflito” está vinculada a “professor”, “pai”, “ajudar”, “aluno”, demonstrando que o Assistente Social auxiliará na mediação de conflitos entre a escola e família do aluno. Ademais, o agrupamento gráfico “familiar” ligado a “aluno” traz os segmentos de texto “vulnerabilidade social” que também está ligada ao agrupamento “escolar” contendo, a saber “evasão”, “ação”, “violência”. Nota-se que as questões familiares, como por exemplo a vulnerabilidade social, podem interferir no aprendizado do aluno na escola, fator esse que afeta principalmente os alunos da rede pública de educação, e a presença do Assistente Social poderia identificar e auxiliar essas famílias, diminuindo a evasão escolar das crianças mais pobres.

Logo mais, foi constituído o *subcorpus* 3 e gerado o gráfico em forma de nuvem de palavras para representar as ocorrências de STs referentes aos encaminhamentos realizados pelos docentes aos alunos que apresentam demandas sociais, conforme pode ser observado na Figura 7.

**Figura 7** - Nuvem de palavras do *subcorpus* 3



Fonte: Gerado pela autora a partir do *software Iramuteq 0.7* (2022).

Percebe-se que dentre os encaminhamentos realizados, geralmente as crianças com necessidades sociais são direcionadas para: direção; núcleo gestor; coordenação; conselho

tutelar; CRAS (Centro de Referência da Assistência Social); AEE (Atendimento Educacional Especializado). Logo, nota-se que o município de Baturité possui, de certa forma, uma relação de proximidade com a Assistência Social ao realizar os encaminhamentos de alunos para o CRAS local ou para o Atendimento Educacional Especializado.

Adiante serão apresentadas as respostas individuais com maior ocorrência de STs de acordo com o *corpus*.

**Quadro 01** – Respostas que apresentam maior ocorrência de STs

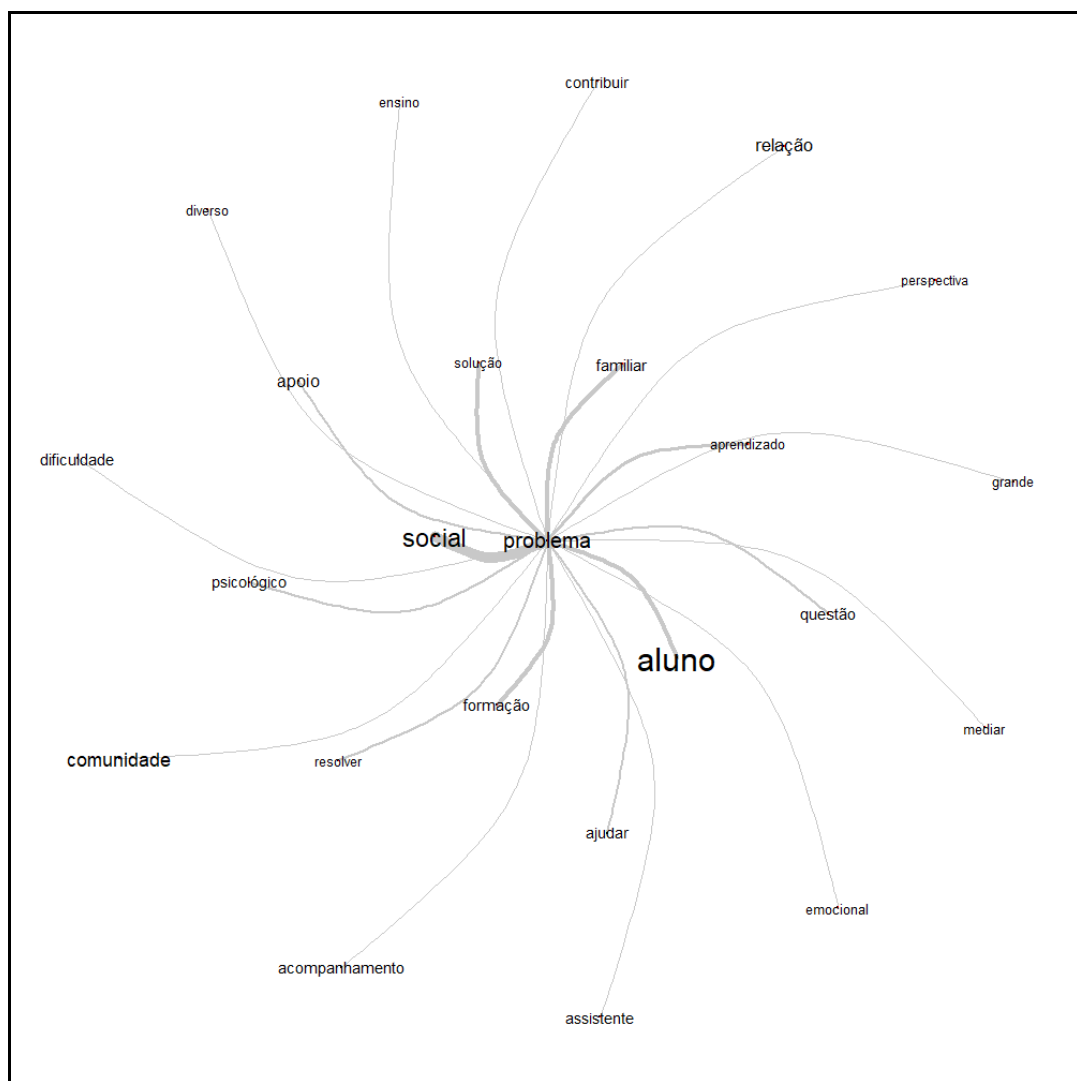
<b>Questão</b>		<b>Na sua visão, quais seriam as contribuições do/a Assistente Social na escola?</b>
<b>Indivíduo 1</b>	Idade: 52 Gênero: Feminino Tempo de atuação na docência: 30 anos	Diagnosticar, encaminhar e acompanhar inúmeras situações que proporcionam a infrequência, abandono escolar.
<b>Indivíduo 2</b>	Idade: 32 Gênero: Feminino Tempo de atuação na docência: 12 anos	Nosso público é diverso e temos alunos das mais variadas situações econômicas. Acaba que por muitas vezes o professor que assume esse papel de assistente social, de psicólogo sem ter a devida formação. O assistente social pode orientar as pessoas em situações de vulnerabilidade, promovendo seu bem-estar físico, psicológico e social.
<b>Questão</b>		<b>Cite algo que poderia contribuir com sua atuação na escola.</b>
<b>Indivíduo 1</b>	Idade: 29 Gênero: Feminino Tempo de atuação na docência: 2 anos	O olhar do profissional de assistente social, nos daria suporte diante das inúmeras situações nas quais os alunos entram em conflitos família e social.
<b>Indivíduo 2</b>	Idade: 34 Gênero: Feminino Tempo de atuação na docência: 12 anos	Problemas além da escola que muitas vezes não temos sensibilidade de perceber pois a demanda de alunos é grande e não termos uma formação técnica suficiente
<b>Questão</b>		<b>Você considera importante ter uma equipe multiprofissional na escola? Por quê?</b>
<b>Indivíduo 1</b>	Idade: 39 Gênero: Masculino Tempo de atuação na docência: 19 anos	Sim, o ambiente escolar exige uma complexidade de ações geradas no ciclo avaliação - intervenção - avaliação, com o intuito de cumprir a função social destinada a esse equipamento, principalmente no setor público
<b>Indivíduo 2</b>	Idade: 33 Gênero: Feminino Tempo de atuação na docência: 13 anos	Muito importante. Nós professores nos preparamos e somos formados para lecionar nossas disciplinas, mas nos deparamos com problemas emocionais e sociais que muitas vezes requerem acompanhamentos especializados.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos (2022).

Os relatos observados no Quadro 1, expõem que, de fato, a ausência de uma equipe multiprofissional com a atuação de um Assistente Social e Psicólogo na rede pública de educação básica afeta negativamente não só aos alunos que necessitam de atendimentos sociais e/ou psicológicos e não possuem esse atendimento especializado, mas também, a toda a rede ligada ao ambiente escolar, visto que o corpo docente reconhece não possuir a

formação adequada para atender de forma satisfatória as questões sociais dos alunos, bem como gera uma sobrecarga no professor que precisa cumprir o seu papel enquanto docente, e ainda realizar a ponte entre a escola e a família do aluno para tentar melhorar o processo de formação da criança/adolescente. Conforme observado na Figura 7 anteriormente, majoritariamente as demandas sociais na escola são encaminhadas para a direção/coordenação, de modo que também gera uma sobrecarga de atendimentos aos gestores escolares. A figura 8 representa uma análise de similitude do *corpus*.

**Figura 8** – Análise de similitude do *corpus*



Fonte: Gerado pela autora a partir do *software Iramuteq 0.7* (2022).

Expõe-se na figura 8 um panorama geral do objeto de estudo desse trabalho, a partir da análise de CHD a representação dos STs infere a relação entre as classes e reafirma o que é discutido no Quadro 1.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa trouxe elementos para a reflexão acerca da implementação da Lei 13.935/19 e seus efeitos, tendo como objetivo principal avaliar a percepção dos docentes da rede pública de educação básica do município de Baturité acerca da Lei 13.935/19 e sua aplicabilidade. A partir da análise dos dados, foi possível observar que quase metade dos docentes participantes da pesquisa (43,5%) ainda não possuem conhecimento sobre a Lei 13.935/19. Por conseguinte, pôde-se constatar que é inegável a relevância do Assistente Social no ambiente escolar, visto que 98% dos professores(as) consideraram essencial a presença desse profissional nas escolas, e ainda, citaram diversas situações nas quais o Assistente Social poderia auxiliar, dentre elas: situações de vulnerabilidade social, violência doméstica, mediação de conflitos entre a escola e família, combate à evasão escolar, combate ao trabalho infantil, problemas no processo de aprendizagem, desenvolvimento de projetos que auxiliem no processo de autoconhecimento do aluno, etc. Constatou-se nos relatos dos docentes de Baturité-CE a importância da implantação urgente da equipe multiprofissional com a presença do Assistente Social e Psicólogo na escola, visto que foram apresentadas diversas demandas dos alunos inerentes ao profissional do serviço social e psicologia que são atribuídas ao professor ou não são atendidas, em virtude da ausência de profissional adequado.

As questões sociais no âmbito escolar existem e há uma lacuna vazia a ser preenchida por um profissional capacitado do Serviço Social e Psicologia que possam assegurar os devidos direitos de acesso e permanência das crianças e adolescentes a educação e saúde. Lima (2022) reafirma que a necessidade de políticas públicas que viabilizem o atendimento adequado aos alunos, especialmente de escolas públicas é urgente, bem como as parcerias entre escolas, equipe multiprofissional e rede de saúde e assistência são indispensáveis para o atendimento das demandas diárias dos alunos.

Logo, é necessário voltar à atenção para as políticas públicas que estão diretamente relacionadas à formação e desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, visando a garantia dos seus direitos tanto no ambiente escolar, quanto fora dele. É notório que apesar de haver regulamentação legal que estabeleça o direito ao acesso, a permanência e a qualidade dos serviços prestados aos alunos da rede pública, nota-se que nem todos os direitos estão sendo, de fato, assegurados. Visto que são diversas as situações em que os alunos precisam de apoio profissional e devido à ausência do Assistente Social e Psicólogo no ambiente escolar, esse auxílio necessário acaba por ser insuficiente ou não existir.

Lima (2022) afirma que devido às diversas situações vivenciadas pelos docentes de São Paulo referentes às questões sociais dos alunos na escola, muitas vezes o professor não consegue se dedicar integralmente a sua atuação ligada ao ensino, pois necessita exercer um papel extra que não cabe a ele cumprir. Conclui-se que os docentes do município de Baturité apresentam preocupações semelhantes em relação ao seu papel formativo na escola, à medida que afirmam não se sentirem plenamente capacitados para exercer uma função de resolução de questões sociais, socioemocionais ou psicopedagógicas, papéis estes que são de responsabilidade da equipe multiprofissional a ser implantada na escola com a figura do Assistente Social e Psicólogo a fim de fortalecer e apoiar a rede escolar. Evidencia-se que em relação aos encaminhamentos realizados pelos docentes no município de Baturité-CE referente aos alunos que possivelmente apresentam algum tipo de demanda social, são direcionados em sua maioria para a direção escolar, CRAS, AEE ou núcleo gestor. Conclui-se que apesar de o Assistente Social não estar inserido na escola, os docentes do município de Baturité reconhecem a sua atuação e a importância dela, além de realizarem os encaminhamentos para o CRAS local. Lima (2022) aponta que na visão dos professores de São Paulo, muitas vezes não há conhecimento sobre para onde encaminhar os discentes com demandas sociais, além de não ser evidente o acesso aos serviços e programas ofertados pelo Governo Federal. Verificou-se que os docentes de Baturité-CE possuem maior contato com o órgão de Serviço Social local, apesar de que o encaminhamento dos alunos com demandas sociais ser também uma função do Assistente Social e não do professor.

Pode-se perceber a preocupação em relação a formação do docente para atuar nas questões sociais dos alunos. Foi relatada a necessidade de formação continuada para os docentes com o intuito de aperfeiçoar o profissional para lidar com as situações escolares que estão além do papel de professor, a saber: mediação de conflitos; questões de vulnerabilidade econômica; demanda intensa dos alunos que para um único docente é impossível lidar, ainda mais quando este não possui a devida formação para tal, apoio psicopedagógico. Porém, essas demandas podem ser atribuídas ao Assistente Social ou Psicólogo, pois este é o profissional adequado para realizar a ponte entre a relação aluno/escola/família/comunidade. Dessa forma, em sua totalidade, os docentes consideram a implantação de uma equipe multiprofissional fator essencial para auxiliar de forma efetiva nas demandas existentes, bem como para tratar de forma mais adequada e profissional as questões sociais das quais os alunos/família/comunidade necessitam de um olhar especial, favorecendo um processo de ensino-aprendizagem mais qualificado e favorável aos discentes.

Logo, a formação e implantação da equipe multiprofissional no ambiente escolar com a presença do Assistente Social e Psicólogo será capaz de garantir a melhoria no processo de ensino-aprendizagem dos alunos da rede pública de educação básica, além de assegurar que os direitos da criança e do adolescente previstos na CF/88 e no ECA estejam em dias e não sejam violados, pois todas as crianças têm o direito de acesso à escola e permanência, bem como o direito à saúde. Vale destacar ainda, que o Assistente Social e o Psicólogo auxiliarão também os professores e gestores das escolas sempre que couber e for necessário, pois muitas vezes estes também necessitam de assistência em decorrência da sobrecarga diária.

A necessidade de formulação e implementação de políticas públicas que atendam a realidade escolar é urgente. A escola enquanto espaço de proteção de direitos deve estar preparada e ser plenamente capaz de atender os alunos com necessidades especiais, situações de vulnerabilidade, questões sociais, e ainda, ter autonomia para realizar os encaminhamentos necessários aos órgãos adequados. Desse modo, a Lei 13.935/19 se mostra como fundamental para a realidade diária e local das escolas do município de Baturité, pois trará benefícios para os alunos, professores e gestores da rede pública de educação básica, bem como possibilitará uma melhor relação entre a família, a escola e a comunidade. Neste trabalho, percebe-se ainda que mesmo dois anos após a entrada em vigor da Lei 13.935/19, ainda há grau considerável de desconhecimento sobre a temática, fator que gera atenção em relação a formulação e implementação dessa política pública, pois gera o questionamento se o professor, um dos principais agentes do ambiente escolar não foi consultado para expor suas vivências e acrescentar sua perspectiva para a elaboração dessa política pública na escola. Conclui-se que a educação enquanto direito estabelecido em Lei, deve garantir não só o acesso, mas também a permanência dos alunos, e o caminho para tal, é a formulação e implementação de políticas públicas que dialoguem com a realidade diária do espaço escolar.

Constata-se a relevância dessa pesquisa e a importância de sua continuidade, almejando um aprofundamento da área aqui trabalhada e o aumento da amostra estudada, com o objetivo de verificar o grau de relevância da Lei 13.935/19 no estado do Ceará sob a ótica dos docentes da rede pública do Estado e as particularidades do ambiente escolar de cada região, bem como averiguar a percepção dos gestores e/ou secretaria de educação acerca das dificuldades de implementação dessa política.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BATURITÉ. Ivonilde Gonçalves de Sales Benício. **Documento Curricular Referencial de Baturité: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Baturité: Baturité, 2020.  
Disponível em:  
[https://www.baturite.ce.gov.br/arquivos/740/DOCUMENTO%20FINAL\\_2020\\_0000001.pdf](https://www.baturite.ce.gov.br/arquivos/740/DOCUMENTO%20FINAL_2020_0000001.pdf)  
. Acesso em: 05 abr. 2022.
- BRASIL. CENPEC Educação. Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) (ed.). **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da covid-19 na educação**. Brasília: Cenpec, 2021. Disponível em:  
<https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>.  
Acesso em: 10 abr. 2022.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Câmara dos Deputados**. 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura 269ª sessão, Brasília, 12 set. 2009, p. 9-23. Disponível em:  
<https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/57430>. Acesso em: 03 de mar. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 1 ago. 2021.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Básica 2021*. Brasília, DF: Inep, 2022.
- BRASIL. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a Profissão do Assistente Social e dá outras providências**. Brasília, 07 jun. 1993.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm). Acesso em: 08 de novembro de 2021.
- CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas psicol.* [online]. 2013, vol.21, n.2, pp. 513-518.
- CRESPO, Antônio Arnot (ed.). *Estatística Fácil*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FIGUEIREDO, Antônia Lúcia et al. Saúde mental nas escolas. **Appai Educar**, Rio de Janeiro, ed. 115, p. 1-43, maio 2019. Disponível em: <https://www.appai.org.br/wp-content/uploads/2019/05/REVISTA-APPAI-EDUCAR-ONLINE-115-Reduce.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** – saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 53.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.  
IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

LIMA, Denise Ribeiro de. **Serviço Social na Educação**: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação. 2018. 21 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Serviço Social, Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF, Paço do Lumiar, 2018.

LIMA, Patrícia Maria Correia Ferro de. **Visão dos professores sobre o papel do assistente social na educação básica pública**. 2022. 51 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Distúrbios do Desenvolvimento, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022. Disponível em:

<https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/28928/PATR%c3%8dCIA%20MARIA%20CORREIA%20FERRO%20DE%20LIMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jan. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 368 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Edístia Maria Abath Pereira de. CHAVES, Helena Lúcia Augusto. (2017). 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, 143–163.

PIANA, Maria Cristina. **A Construção do Perfil do Assistente Social no Cenário Educacional**. 2008. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/mariacristina.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

REINERT, Max. ALCESTE, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia de Gerard de Nerval. *Bulletin de méthodologie sociologique*, n. 26, 1990, p. 24-54. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24362247>. Acesso em: 03 mar. 2022.



SANTOS, Émina. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

SANTOS, Maria das Graças dos. Políticas Públicas: contribuições para o debate. In: KANAANE, Roberto (org.). **Gestão Pública**: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010. p. 3-15.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p. 20-45, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SOUZA, Yalle Hugo de; SECCHI, Leonardo. **Extinção de políticas públicas. Síntese teórica sobre a fase esquecida do policy cycle**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. São Paulo, v.20, n. 66, jan./jun, 2015. Disponível em: [Vista do Extinção de políticas públicas. Síntese teórica sobre a fase esquecida do policy cycle \(fgv.br\)>](#). Acesso em: 24 jan. 2022.

## APÊNDICE A - TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARECIDO

	<b>Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB</b> <b>Instituto de Ciências Sociais Aplicadas</b> <b>Bacharelado em Administração Pública Presencial</b>	
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO–TCLE (Res.466/12; IV.3; IV5c)

**Título da Pesquisa:** A Relevância do Assistente Social na Rede Pública de Educação Básica (Lei 13.935/2019) Sob a Ótica dos Docentes de Baturité-CE.

Você está sendo convidado(a) para participar, voluntariamente e sem remuneração de qualquer natureza, de uma pesquisa que está sendo realizada junto aos docentes das redes públicas de educação básica, no Município de Baturité, Ceará. Esta pesquisa é parte integrante e fundamental para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que é um requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública. Gostaria de esclarecer que eu, Profa. Dra. Sâmia Nagib Maluf, docente efetiva do curso presencial de Administração Pública da UNILAB e orientadora da bacharelanda, Maria das Graças Thalia Justino Lima. A sua colaboração é importante, porém, você não deve participar contra a sua vontade. O estudo tem caráter estritamente acadêmico e/ou científico, garante o sigilo absoluto das respostas, que serão tratadas de forma estatística, sem distinção individual; assegurando assim a confidencialidade e privacidade das respostas, logo fique à vontade para responder às perguntas. Você concorda em participar da pesquisa de acordo com os termos acima?

**Nome e Endereço da orientadora do trabalho de pesquisa:** Profa. Dra. Sâmia Nagib Maluf  
 Endereço: R. José Franco de Oliveira, s/n – Redenção – Ceará – Campus das Auroras – Sala 324-  
 Centro -CEP-62790-970-Cidade: Redenção-Ceará -Telefone p/contato: (85) 3332- 6179 – E-mail:  
[samia@unilab.edu.br](mailto:samia@unilab.edu.br).

### CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Declaro ter sido convenientemente esclarecido pela pesquisadora e concordo em participar da pesquisa.

Local e Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Polegar Direito

---

Assinatura do entrevistado – RG

---

Assinatura da Orientadora/RG – 2007009066304-SSP/CE

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

**Questionário da pesquisa:** A Relevância do Assistente Social na Rede Pública de Educação Básica (Lei 13.935/2019) Sob a Ótica dos Docentes de Baturité-CE.

### 1. Você aceita participar dessa pesquisa?

- SIM, aceito participar.
- NÃO, não quero participar.

### 2. Qual sua idade? \_\_\_\_\_

### 3. Gênero

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não responder

Outro: \_\_\_\_\_

### 4. Qual sua formação acadêmica? (FONTE: INEP/MEC)

- Nível Médio ou Inferior
- Ensino Médio Normal ou Magistério
- Ensino Superior Completo (Bacharelado)
- Ensino Superior Completo (Licenciatura)
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

### 5. Qual é sua renda mensal? (Fonte: IBGE)

- Até 2 salários mínimos
- De 2 a 4 salários mínimos
- De 4 a 10 salários mínimos
- De 10 a 20 salários mínimos
- Acima de 20 salários mínimos
- Prefiro não informar



**6. Quantos anos de atuação você possui como professor(a)?** \_\_\_\_\_

**7. Qual(is) escola(s) você trabalha?**

	Apenas uma	Duas	Duas ou mais
Creche(s)	( )	( )	( )
Escola(s)	( )	( )	( )
Liceu	( )	( )	( )

**8. Qual(is) disciplina(s) você ministra?** \_\_\_\_\_

**9. Você conhece a Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica?**

( ) Sim

( ) Não

**10. Você considera o/a Assistente Social como profissional essencial na escola?**

( ) Sim

( ) Não

**11. Na sua visão, quais seriam as contribuições do/a Assistente Social na escola?**

\_\_\_\_\_

**12. Cite alguma situação que o/a Assistente Social poderia intervir na escola.**

\_\_\_\_\_

**13. Você considera importante ter uma equipe multiprofissional na escola? Por quê?**

\_\_\_\_\_

**14. Para onde você encaminha os alunos com demandas sociais?**

\_\_\_\_\_

**15. Para onde você encaminha os alunos com possíveis dificuldades de aprendizagem?**

\_\_\_\_\_

**16. Cite algo que poderia contribuir com sua atuação na escola.**

\_\_\_\_\_

**17. Como se dá a relação desta escola com o aluno, a família e a comunidade? Caso se sinta confortável, cite alguns exemplos.**

\_\_\_\_\_